

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO de materiais esportivos, de condicionamento físico e de jogos recreativos, destinados à execução das atividades socioassistenciais, para a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

1.1. Tipo de objeto

- (x) Aquisição de Bens
() Serviço Comum
() Serviço de Engenharia comum
() Serviço de Engenharia especial
() Obra de engenharia comum
() Obra de engenharia especial

1.2. Especificações e quantidades

<u>LOTE</u>	<u>ITEM</u>	<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>UNID.</u>	<u>QTE.</u>	<u>v. unit.</u>	<u>v. total</u>
1	1	Kit Mini Bands Elásticos – 4 intensidades Faixa Loop	unidade	60	R\$ 88,00	R\$ 5.280,00
	2	Step Eva Academia Ginástica Aeróbica Fitness 60cm x 28cm x 10cm	unidade	30	R\$ 84,00	R\$ 2.520,00
	3	Cone Treinamento - 23 cm, PVC	unidade	30	R\$ 3,50	R\$ 105,00
	4	Bola de tênis de campo	unidade	60	R\$ 10,77	R\$ 646,20
	5	Arco de bambolê – plástico 60cm	unidade	30	R\$ 3,75	R\$ 112,50
	6	Bola de Voleibol	unidade	30	R\$ 41,90	R\$ 1.257,00
	7	Colchonete Academia – 100cm x 60cm x 3cm	unidade	15	R\$ 27,00	R\$ 405,00
	8	Par Halter Emborrachado 3kg	unidade	3	R\$ 73,33	R\$ 219,99
	9	Par Halter Emborrachado 2kg	unidade	3	R\$ 70,00	R\$ 210,00
	10	Kit Thera Band de 1,5 m	unidade	60	R\$ 49,00	R\$ 2.940,00
	11	Kit jogo de bola de Bocha	unidade	6	R\$ 400,00	R\$ 2.400,00
	12	Jogo de dominó profissional em osso branco com estojo de 28 peças	unidade	48	R\$ 23,90	R\$ 1.147,20
	13	Baralho de plástico duplo – 108 cartas no estojo	unidade	150	R\$ 10,90	R\$ 1.635,00
						TOTAL R\$ 18.877,89

1.3. Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.3.1. O(s) serviço(s) / aquisição do objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.4.1. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.

Da aplicabilidade da Lei Municipal nº 7.785/2025

(TRATAMENTO EXCLUSIVO ME/EPP/EQUIPARADAS): [SIM]

Fundamentação Legal: O art. 10 da Lei Municipal nº 7.785/2025 estabelece que a Administração Pública deverá realizar processo licitatório destinado **exclusivamente** à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas de consumo nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Aplicação ao Objeto: O valor global estimado para a aquisição de materiais esportivos, de condicionamento físico e de jogos recreativos é de R\$ 18.877,89, muito abaixo do limite de R\$ 80.000,00 estabelecido pela Lei.

SUBCONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE: [NÃO]

Fundamentação Legal: O art. 14, § 1º da Lei Municipal nº 7.785/2025 veda expressamente a subcontratação para o fornecimento de bens.

Aplicação ao Objeto: Como o objeto é a aquisição de bens (materiais esportivos, de condicionamento físico e de jogos recreativos), a subcontratação não é aplicável conforme a restrição legal citada.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação visa a aquisição de materiais esportivos, de condicionamento físico e de jogos recreativos, indispensáveis à adequada execução das atividades desenvolvidas pelas educadoras sociais e oficinas, com atendimento direto ao público regularmente matriculado nos serviços socioassistenciais no exercício de 2026.

A demanda fundamenta-se na necessidade de equipar as unidades já em funcionamento, bem como de atender à expansão prevista, considerando a abertura de novos equipamentos e a ampliação de grupos descentralizados (extensões), de modo a garantir a continuidade, a padronização e a qualidade das ações desenvolvidas.

A provisão dos materiais especificados viabiliza a implementação das ações programáticas, promovendo o bem-estar físico, a convivência social e o fortalecimento de vínculos comunitários, diretrizes estratégicas da política pública de assistência social. Sua utilização contribui de forma direta para a prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social, potencializando os efeitos positivos das intervenções realizadas no âmbito da proteção social básica, além de fomentar práticas saudáveis, inclusivas e acessíveis à coletividade atendida.

Dessa forma, a contratação alinha-se estritamente ao interesse público, impulsionando a efetividade das ações socioassistenciais e garantindo a continuidade e a ampliação dos serviços ofertados, bem como atende aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento, previstos na Lei nº 14.133/2021.

3. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

A referida contratação será realizada por DISPENSA DE LICITAÇÃO, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

O fornecedor será selecionado por meio da adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

4. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será de **R\$ 18.877,89** (dezoito mil, oitocentos e setenta e sete reais e oitenta e nove centavos).

4.1.1 Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.2 deste Termo de Referência.

4.2. Serão exigidas amostras?

(x) Não

() Sim

4.3. Será exigida garantia de proposta?

(x) Não

() Sim

5. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

Habilitação jurídica (art. 62, inciso I);

Habilitação fiscal, social e trabalhista (art. 62, inciso III);

Qualificação técnica (art. 62, inciso II):

Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante realizou serviços compatíveis com o objeto da presente licitação. Informações mínimas no atestado: nome da pessoa jurídica que forneceu o atestado, com identificação da pessoa/cargo que assinou o documento; identificação do objeto; local e data.

Qualificação econômico-financeira:

Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, conforme inciso II, do artigo 69, da Lei 14.133/2021.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Prazo de entrega/execução: O objeto deverá ser entregue/prestado em até 30 (trinta) dias contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

6.2. Endereço do local de entrega, identificação da Secretaria/departamento responsável pelo recebimento, e horário:

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

Rua Antônio Caetano, nº 105, 1º andar, bairro Fazenda, Itajaí/SC, CEP 88302-380.

Funcionamento de segunda a sexta-feira, das 13h às 19h.

6.3. Garantia contratual: Será exigida garantia contratual, nos moldes do Arts 96 a 102 da Lei nº 14.133/21?

(x) Não

() Sim

6.4. Garantia do produto/serviço, manutenção e assistência técnica.

(x) Não

() Sim

A Prefeitura Municipal de Itajaí, na qualidade de destinatária final dos bens adquiridos, submete a presente contratação às normas de proteção e defesa do consumidor, nos termos do Art. 2º da Lei Federal nº 8.078/1990, sem prejuízo das responsabilidades estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021.

7. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. Obrigações da Contratada:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do objeto;
- d) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratado;
- e) manter, durante a vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas;
- f) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- g) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- h) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- i) todos os pedidos de realinhamento, desistência ou falta de fornecimento só terão validade (para caráter de análise) quando exercido antes do recebimento da autorização de fornecimento (AF), ou seja, pedidos após documento oficial da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania não terão validade para o pedido já enviado;
- j) constar na Nota Fiscal emitida, no campo de observações, o número da autorização de fornecimento (AF).

7.2. Obrigações da Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência da contratação sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) o Fundo Municipal de Assistência Social reserva-se o direito de efetuar o pagamento à empresa vencedora somente após a comprovação do integral cumprimento das exigências contratuais, do padrão de qualidade estabelecido para o objeto contratado e do prazo estipulado, devidamente atestados pela fiscalização competente;
- i) o pagamento será efetuado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, em até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal, com o produto/serviço descrito detalhadamente.

8. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

8.1. A presente contratação será formalizada por:

- () Contrato administrativo.
- (x) Ata de registro de preços.
- () Autorização de Fornecimento.

8.2. Gestão e Fiscalização:

- Gestor do contrato:

Nome: André Leonardo Severino

Cargo: Secretário Municipal de Assistência Social e Cidadania

Matrícula: 1659804

- Fiscal Administrativo do contrato:

Nome: Viviane Sandri Ferreira

Cargo: Diretora de Cidadania e Participação Social

Matrícula: 1682205

- Fiscal Técnico do contrato:

Nome: Venita Teresinha Beulke

Cargo: Assessora Executiva

Matrícula: 2014405

9. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. Em tratando de aquisição e/ou serviços será adotada sistemática de medição e pagamento associada ao recebimento definitivo.

9.2. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal, revestida do aceite da autoridade competente e responsável pela Secretaria gestora, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicadas pelo Contratado em sua proposta comercial.

9.2.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.2.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.2.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.2.4. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. RECEBIMENTO

10.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo/a responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

10.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

10.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

10.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

11. REAJUSTE

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

11.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA-E, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.4. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: conforme regulamentado na Lei Federal nº 14.133/2021.

13. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de R\$ 18.877,89 (dezoito mil, oitocentos e setenta e sete reais e oitenta e nove centavos), conforme planilha orçamentária.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas correrão por conta da seguinte dotação:

Órgão Orçamentário – 36000 – Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania;

Despesa – 788-1.36036.4.122.6.2.346.0.339000 – Aplicações.

Fonte de recurso – 1 – Recursos Ordinários.

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Itajaí, 30 de janeiro de 2026.

ANDRÉ LEONARDO SEVERINO

Secretário Municipal de Assistência Social e Cidadania

KEVIN SBALCHIERO RODRIGUES

Agente em Atividades Administrativas
Responsável pela elaboração do TR